

SOBRE O “HISTORAR” MEDIEVAL: O LUGAR DAS CRÔNICAS E DOS CRONISTAS NA ESCRITA DA HISTÓRIA

Odir Fontouraⁱ

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar como deu-se a escrita da história na Idade Média, bem como perceber como alguns cronistas medievais compreendiam a ideia de “verdade” e como, consecutivamente, viam a diferença entre “história” e “ficção”, até refletir, naturalmente, como por vezes são tênues as fronteiras entre essas duas noções no medievo. Também verificar-se-á como era a relação dos cronistas com o seu contexto e como lidavam com as mais diferentes esferas do poder medieval: o rei, a Igreja ou as cidades. Também pretende-se introduzir uma reflexão historiográfica a respeito da posição em que as crônicas e os cronistas ocupam nos estudos contemporâneos de história medieval.

Palavras-chave: Crônicas medievais; Cronistas medievais; Escrita da história na Idade Média.

Abstract: This article aims to analyze how gave up the writing of history in the Middle Ages, as well as understand how some medieval chroniclers understood the idea of "truth" and how consecutively saw the difference between "history" and "fiction", indeed reflect, of course, as they are sometimes tenuous the boundaries between these two notions in the Middle Ages. Also shall be verified the relationship of the chroniclers with their context and how they dealt with the most different spheres of medieval power: with the king, with the church or the cities. We also intend to introduce a historiographical discussion about the position in which the chronicles and chroniclers occupy in contemporary studies of medieval history.

Keywords: Medieval chronicles; Medieval chroniclers; Writing of history in the Middle Ages.

“Assim me tornei (...) escrivão e discípulo ao mesmo tempo, e não vim a arrepende-me, porque fui (...) testemunha de acontecimentos dignos de serem confiados, como agora estou fazendo, à memória daqueles que hão de vir”.
“Prometi a mim mesmo ser cronista fiel, e não só por amor à verdade, nem pelo desejo aliás digníssimo de amestrar os meus leitores futuros (...)”
Adso, em *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco.

Introdução

O romance de Umberto Eco se passa através da narrativa de um cronista medieval. Como é natural que um autor procure perscrutar o mundo no qual deseja

escrever sobre, principalmente quando trata-se de um romance históricoⁱⁱ, não é com estranheza que o leitor de *O Nome da Rosa*, principalmente se historiador, irá se deparar, em mais de uma vez ao longo da obra, com a insistência de Adso em legitimar a sua escrita que, ainda entre as páginas de um romance contemporâneo, reflete de modo muito pertinente o *modus operandi* de um típico cronista medieval. A prática de escrita desses cronistas pode ser basicamente caracterizada em: 1) o registro de acontecimentos passados; 2) cujo o cronista pode ter presenciado ou não; onde 3) sendo episódios que, uma vez tidos como importantes e/ou memoráveis pelo cronista que registra; logo, 4) são dignos de serem deixados à posteridade através do registro escrito. Estes são alguns dos elementos que configuram o ofício do cronista medieval e que, aos historiadores da atualidade, suscitam importantes reflexões, por exemplo, a respeito da ideia de “verdade” na Idade Média, fazendo com que, portanto, tais temas estejam inseridos em uma discussão historiográfica contemporânea que procura verificar se esses cronistas, por fazerem obras de *historia*, podem ser chamados “historiadores”, bem como se suas crônicas podem figurar como elementos de uma tradição “historiográfica” uma vez que, se historiadores, fariam uma escrita da história.

O desenvolvimento da concepção de “história” na Idade Média

Susani França (2007, p. 118-9) cita Zurara (1410-1474) em sua *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes*, em um período em que a ideia de “história” ainda estava em formação na língua portuguesa. Para este cronista ibérico, a noção de “crônica” como uma escrita relacionada ao registro do tempo passado já era conhecida: para esse autor, “crônica” vem de “Chronos”, ou “tempo”. Trata-se de uma *Istoria* no qual se escrevem os fatos temporais. Zurara escreve sobre aquilo que está fadado ao esquecimento e a escrita surge como uma ferramenta de afirmação de um passado, então, que não deve ser esquecido. Já em Beda (673?-735): a verdadeira lei da história seria deixar para a posteridade o “saber comum” ou *fama vulgante* (GIVEN-WILSON, 2004, p. 11). Na sua obra *De administratione*, o abade Suger de São Denis (1081-1151) define que “a lembrança do passado é a promessa do futuro”, ou *Praeteritorum recordation futurorum est exhibitio*.

Importante destacar que, para Gabrielle Spiegel (1997, p. 165), isso é reflexo do que a autora chama de “história como iluminação”, ou seja, o passado como

“profecia” do presente. Deliyannis (2003, p. 1). afirma: a *historia* foi um tipo de escrita que teve longa tradição na antiguidade clássica. Comenta que o judaísmo ou o cristianismo são religiões por definições históricas uma vez que são baseadas, pelo menos em parte, em textos históricos ou biográficos. Para a autora, então, os cronistas medievais situam-se nessa tradição. A escrita da história medieval é, basicamente, a escrita de uma história cristã: Agostinho (354-430), na sua obra *De doctrina christiana* (396), inaugurado esse pensamento, diz que a história não é uma criação humana, mas sim instituída e controlada por Deus. Logo, o que aconteceu, *era para ter acontecido*. Para Eugene Vance (1998, p. 952-4), essa noção enraizar-se-á ao longo de todo o período medieval. Ainda na mesma obra, o bispo de Hipona diz que aqueles acontecimentos do passado, que são chamados “história”, devem nos dar um grande entendimento para a compreensão das Escrituras. A história cristã, então, comenta Vance, trata-se não apenas de rememorar o passado, mas sim de reafirmar uma fé e de situar-se em uma “agenda” que ruma a um futuro. Em outras palavras, a história da vida humana está situada no “meio” de um caminho, entre a Criação e o Julgamento Final. Em Agostinho, então, a historiografia inaugura-se como um “discurso profético”.

Em Gervásio de Canterbury (1141?-1210?) vemos uma distinção no ofício de historiar na Idade Média: enquanto que o historiador deve ocupar-se da instrução da verdade, ou *veraciter edocere*, o cronista deve ocupar-se de calcular esse tempo decorrido, ou *supputatione veraci*, dos anos do Senhor e listar ali os eventos relevantes. Mas Gervásio insistia: a intenção de ambos era a mesma. Conforme Chris Given-Wilson (2004, p. 1), “*precisão e exatidão era o que os cronistas reivindicavam para as suas crônicas, confiabilidade era o que clamavam para si mesmos*”. O cronista português Zurara, no prólogo da *Crônica* de 1419, pede ao Espírito Santo que ajude-o de modo que escreva suas crônicas de modo que “não pareçam falsidades”. Em outra ocasião, Zurara insiste na sua intenção de relatar “mui verdadeiramente” os feitos do passado. Susani França, em seu importante estudo, também destaca o papel de Rui de Pina (1440?-1522?) que opõe a história da fábula, ou a “verdade” da “fantasia”, respectivamente. O cronista interessa-se sempre pelo primeiro, ainda que, conforme Susani, a fronteira entre uma e outra fosse frequentemente flexível (FRANÇA, 2007, p. 119-20).

Eugene Vance (1998, p. 956) comenta que a noção de *fabula* opõe-se ao discurso do historiador medieval. A ideia de *litteratura*, na Idade Média, representava

em ambos os casos um corpus de conhecimentos escritos e dotados de autoridade. Peter Ainswoth (2003, p. 387) atenta que a Alta Idade Média já não era ignorante quanto à diferenciação de verdade e mentira. Cita Isidoro de Sevilha (556?-636) que nas suas *Etimologias* já distingue *historia* de *fabula*, o que revela ser uma relação de mão dupla, uma vez que, por mais que o discurso do cronista tenha suas reticências em relação ao mítico e ao fantástico, nem sempre deixa de assumir esses aspectos em sua escrita.

Sob esse viés, é interessante fazer referência ao trabalho de Pablo Castro sobre as recepções e ressignificações da obra de Homero no mundo medieval: com o italiano Guido de Colonne (1215?-1290?), por exemplo, e sua *Historia Destructionis Troiae*, vemos a necessidade do autor de escrever uma crônica de forma verossímil e imparcial de um passado glorioso longínquo. Para isso, critica a obra de Homero que teria utilizado vestígios “artificiosos”, alterando a “realidade dos fatos”. Conforme Guido, então, este não representaria uma fonte fidedigna para compreender a história de Tróia. Para tanto, recorre aos registros de Dictis, o grego; e ao de Dares, o frígio. Estas obras, escritas entre os séc. I d.C. e III d.C., segundo o italiano, de fato seriam exemplos de narrativas fidelíssimas sobre o que de fato aconteceu: na versão de Guido de Colonne sobre a Guerra de Tróia, logo, já não vemos mais a constante interferência dos deuses pagãos, nem uma série de elementos maravilhosos que podem ser encontrados na obra homérica. No entanto, Pablo Castro insiste: Sem dúvida, o escritor siciliano não abre mão do imaginário próprio da sua época. Ainda que recuse o fantástico da *Ilíada* ou da *Odisséia*, não poderia desligar-se completamente da sua mentalidade e contexto cultural, também maravilhando-se com alguns dos episódios que narra. Castro cita, por exemplo, no Livro XII da obra de Guido, o registro da existência de uma árvore maravilhosa fabricada através de artes mágicas. O autor diz que existe uma “certa racionalização” quando Guido diz que esta foi feita por “sutil engenho”. De igual modo, em outro trecho da sua obra, Guido também registra que, em certa região montanhosa, de selva e bosques, dá-se a existência de sátiros, faunos chifrudos “e outras coisas maravilhosas”. Aqui ele reflete testemunhos que nem critica nem refuta. É assim que a obra de Guido de Colonne é exemplo não só de uma “fronteira entre o espaço cristão e o espaço pagão”, mas como ilustrativa da relação de mão-dupla de como a ideia de “verdade” é complexa na mentalidade medieval. Pablo Castro fala de uma ambiguidade do real e do irreal, mas atenta e define que a obra

de Guido não trata-se somente de uma crônica, ou de um romance, mas sim de uma mistura de ambos (CASTRO, 2012, p. 89-98).

Quando Marcelo Cândido Silva (2013, p. 98-100) observa os recentes avanços da historiografia no que toca à Idade Média, aponta que ao longo das últimas décadas, alguns conceitos estão muito oportunamente sendo problematizados: polarizações do tipo racional-irracional, clérigo-laico, sagrado-profano são algumas das noções que estão sendo colocadas em cheque pelos pesquisadores. Silva menciona, inclusive, que os historiadores de hoje estão mais atentos à dimensão literária das leis, crônicas e outras histórias, o que faz com que frequentemente caia por terra a divisão estanque entre “textos normativos” e “textos narrativos” no medievo, por exemplo. É sob essa ordem que é de suma importância também problematizar a noção de “verdade” ou de “realidade” conforme o cronista medieval.

Historiadores têm se preocupado com a divisão por vezes simplista entre “verdade” e “ficção” na escrita medieval. Marianne Ailes comenta que por vezes a “verdade factual” pode ser escrita sob uma forma literária. Cita *História da Guerra Santa*, de Ambroise: são precisos e acurados os seus relatos a respeito das batalhas, dos tipos de navios e armas utilizadas, bem como em relação aos movimentos de Ricardo I. O que não impede que também seja registrada a ocorrência de milagres e de eventos maravilhosos ao longo do percurso. A autora fala de um “quatro retórico” onde os feitos divinos são mostrados como se Deus estivesse do lado dos cruzados. Os infortúnios também são vistos como interferência de Deus ou para retratar a virtude dos cruzados. Aqui Ailes fala de um “diferente tipo de verdade da evidência factual” (AILES, 2002, p. 302).

Não podemos esquecer que a escrita da história foi feita de diferentes formas: através da música, em verso ou em prosa, em diferentes línguas, narrativas densas ou em curtas sentenças. A grande maioria escreve em latim e poucos em vernáculo (GIVEN-WILSON, 2004, p. xx). Bernard Guenée afirma: a primeira corrente de historiografia medieval foi um produto do ensino moral da teologia (textos escritos em latim sobre a história do monastério, sobre a cruzada ou sobre a província); e uma segunda corrente, caracterizada pelos historiadores modernos como “literária” (poemas compostos algumas vezes em latim, algumas vezes em vernáculo, por humanistas solícitos que faziam traduções a pedido de seus patronos) (GUENÉE, 1973 apud AINSWORTH, 2003, p. 389).

Peter Ainsworth menciona que muitas canções de gesta na França medieval são ostensivamente inspiradas nos feitos dos heróis das famílias nobres que viveram na época Carolíngia. Baseariam-se, essas histórias/estórias, assim, em um fato mais ou menos autenticado. Essas canções de gesta desenvolvem-se dentro de ciclos de histórias familiares. Essas canções de gesta também podem ser reflexo, ou expressão, do fervor religioso das cruzadas. Também cita Poiron (apud AINSWORTH, 2003, p. 393-4): o processo de escrita dos poemas surge da necessidade da preservação do esquecimento – o que indica as canções de gesta também como uma forma, ainda que rudimentar, de “fazer histórico”. Ainda em Ainsworth, que estuda os *Romans bretons* e os *romans d’antiquité*, é possível verificar: a característica dominante dessas obras era com a história – o que não impede, naturalmente, a existência do fabuloso ou do fantástico, o que constitui, como já visto, um traço comum do imaginário medieval. É o caso dos romances arturianos em Chrétien de Troyes (1135?-1191?) e em Marie de France. O pesquisador também fala do *Roman de Thèbes*, o *Roman d’Enéas* e do *Roman de Troie*, que são trabalhos escritos cujos autores eram clérigos que queriam tornar acessível o conhecimento clássico àqueles que não dominavam o latim, escrevendo, assim, em vernáculo. Ainda explica que até o final do séc. XII, a literatura francesa era escrita inteiramente em verso. Os textos em prosa e em vernáculo eram, os poucos, quase que exclusivamente voltados para fins pedagógicos ou jurídicos. No séc. XIII a prosa surge com mais força e mais tarde se solidifica (AINS WORTH, 2003, p. 387-416).

A relação do cronista medieval com o seu mundo

Na prática, entende-se por crônicas medievais qualquer escrito cuja matéria ou assunto seja essencialmente histórico, seja sobre eventos do passado, seja sobre eventos contemporâneos do autor (GIVEN-WILSON, 2004, p. xix). Porém, aqui é importante levar em conta que a escrita da história não servia tão somente para afirmação de um passado glorioso, mas mais do que isso, ela frequentemente estava vinculada à ideia da afirmação de um presente – frequentemente o presente dos cronistas. Quando Zurara escreve a *Crônica de Guiné*, por exemplo, exalta o projeto expansionista português que teve a África como seu primeiro alvo. Tal agenda traria a Portugal benefícios comerciais e valores acrescentados à memória

nacional e também para a memória dos feitos cristãos. Nesse sentido, a história de Portugal sob a pena de Zurara, confundia-se com a história da expansão e os nobres eram seus principais impulsionadores e patrocinadores FRANÇA, 2007, p. 134-5). Ainda no caso português, vemos no cronista Fernão Lopes (1385?-1459?), o elogio e a legitimação da dinastia de Avis na sua *Crônica de D. Pedro I*, por exemplo; já o elogio da dinastia dos Capetíngios entre os Francos pode ser visto nas *Histórias* de Richer de Reims (940-998) (BASSI, 2011, p. 72).

Ainda nesse sentido de ilustrar o cronista medieval como um membro partícipe da sua sociedade, é importante levar em conta o que Jason Glenn afirma que a obra do cronistas medievais, citando o exemplo de Richer de Reims: este era partícipe do que chama de “cultura política” do reino dos Francos do séc. X (GLENN, 2004 apud BASSI, 2011, p. 59-60). Em Gabrielle Spiegel (1997, p. 83) vemos que a instituição monárquica faz da escrita da história, inclusive, uma ferramenta para a sua legitimação perante a sociedade política.

A relação da Igreja com os cronistas, mesmo os religiosos, no entanto, nem sempre foi isenta de atribuições. Essa relação pode ser ilustrada uma vez observadas as crônicas escritas sob o pontificado de papa francês Clemente V, entre 1305-1314, onde a política papal, agora sediada em Avignon era frequentemente mau vista, em especial, pelos cronistas da Península Itálica, ainda afetados com a transferência da sé episcopal. Sophia Menache (2006, p. 334-5), ao analisar esses documentos, se propõe a mostrar como a imagem “factual” negativa do papa é, então, construída, pela pena dos cronistas italianos. A autora fala em interesses, ideologias e preconceitos desses cronistas que corroboram para a construção de uma imagem “negativa” do pontificado francês. A autora menciona os registros a respeito dos maus auspícios que foram interpretados no dia da coroação do novo papa (um muro teria caído durante a cerimônia, matando 12 pessoas, inclusive Jean II, duque da Bretanha), fazendo referência aos escritos de Bernardo Gui (1261?-1331) e de Tolomeo de Luca (1236?-1327?) sobre o assunto. Também cita Agostinho Trionfo (1270?-1328), de Nápoles, que, sendo uma autoridade na Igreja e próximo ao rei, tenta interceder para a volta de Clemente à Roma, única e verdadeira sede da Cristandade segundo seus pares. Menache também cita outros cronistas que, no entanto, concordam com a sede do papado em Avignon a fim de ilustrar a heterogeneidade dos escritos cronísticos medievais, mesmo a respeito das posições da Igreja.

No entanto, é importante ressaltar: as crônicas são indiciárias dos mais variados contextos das sociedades nas quais foram escritas, e não somente das esferas das autoridades do rei ou da Igreja. Por exemplo, nas palavras de Sharon, Lewin e Osheim: “*Apesar das suas diferentes razões de escrever e defesas de pontos de vista, os cronistas compartilhavam a crença de que o passado poderia explicar o presente*”. Estes autores, que estudam em especial as crônicas das cidades italianas na Baixa Idade Média, atestam que a maioria dos cronistas italianos são homens urbanos, nem todos clérigos necessariamente, mas muitos mercadores, o que reflete a importância do comércio, do banco e dos negócios na história das cidades italianas. Muitos elogiam, nesse ínterim, a grandeza das suas cidades de origem (DALE; LEWIN; OSHEIM, 2007, p. ix-xviii).

No caso da historiografia urbana, não trata-se apenas de histórias cujo foco é a cidade, mas sim de escritos que reconhecem-se, ou estão de acordo com a consciência de que estão escrevendo sobre as cidades; em outras palavras, não somente pessoas escrevendo sobre suas próprias localidades, mas pessoas escrevendo de uma forma em que mostram que eles são conscientes da importância do assunto das suas histórias na coletividade urbana (VASINA, 2003, p. 317-52).

Ainda nessa esfera, Sophia Menache cita Agnolo di Tura e Giovanni Villani (1276-1348). Enquanto que o primeiro trabalhava na administração urbana da cidade de Siena, escreveu uma história política dessa cidade na primeira metade do séc. XIV; Villani, mais conhecido, era mercador e banqueiro internacional, escreveu uma história política da cidade de Florença. Escreveu em vernáculo, em um quadro de história universal; não obstante, sua história possui elementos do legendário e do romântico, ligando Florença à cidade de Tróia, *alma mater* de todas as cidades medievais. Ambos representam o novo tipo de cronista que apareceu na Península Itálica da Idade Média tardia: a referência desses autores já não era mais o *scriptorium* monástico, mas os arquivos das cidades (MENACHE, 2006, p. 334-5).

Ora, estes exemplos vão ao encontro do que Gabrielle Spiegel define quando estuda a respeito do surgimento da prosa vernacular na França do séc. XIII: Para Spiegel, os textos não são vistos como produtos de um contexto, mas como produtores e formadores de uma realidade. As crônicas são formadas por autores e refletem ali verdades factuais também eventos históricos (SPIEGEL, 1997 apud AILES, 2002, p. 304). Para Marianne Ailes existiria, de fato, uma consciência de uma convenção literária, mas ainda assim “casada” com senso histórico (AILES, 2002, p.

307). Ailes Também fazendo menção ao trabalho de Rosalind Field, aponta que se os historiadores estão preocupados com os aspectos ficcionais da crônica, eles devem atentar para a historicidade do texto, ou seja, o “plano de fundo” delas. Ali os medievais escreveram a sua própria história, retratando a sua identidade. A autora reafirma, inclusive, a necessidade de parceria entre os trabalhos do historiador e do crítico literário (FIELD, 1991 apud AILES, 2002, p. 309).

A escrita da história na Idade Média é plural: Os cronistas medievais poderiam ser monges, bispos, clérigos, escolásticos, mercadores e oficiais do governo; eles escreviam exegese, poemas, panegíricos ou documentos legais cujo objetivo era, como já dito, memorar o passado. Na Idade Média tardia, quando a profissionalização começa, os cronistas submetem-se ao patrocínio de particulares (DELIYANNES, 2003, p. 6). Quando Antonia Gransden analisa as crônicas inglesas, define: existem tanto “histórias oficiais” quanto as “quase” ou “semi” oficiais. Elas muitas vezes tratam do elogio ou da deturpação deliberada e sua composição está relacionada ou à vida no monastério ou aos clérigos seculares. As histórias “semi” oficiais são numerosas nesse contexto, sendo o tipo mais comum desse gênero na Inglaterra a crônica monástica, cuja atitude muitas vezes é independente do governo central. Uma “história oficial” é definida quando esta é comissionada por uma pessoa que exerce autoridade. Cita, por exemplo, a crônica *Flores historiarum*, da abadia de Westminster, que começou a ser escrita em 1265 e foi continuada em 1306. A versão revisada desta última obra pode ter sido escrita em favor de Eduardo I ou ao seu comando, ou talvez por Eduardo II a fim de comemorar os feitos do pai. Gransden fala de referências bíblicas e de uma história do mundo que começa na Criação, vai à história da Inglaterra e se detém em especial ao reinado de Eduardo I. Contudo, a versão de 1307 a 1327 vilaniza-o. É escrita provavelmente para justificar a deposição de Eduardo II. Fala-se na “estupidez insana do rei”, “condenado por Deus e pelos homens”, era “cheio de pecado”. A crônica termina com a abdicação “voluntária” de Eduardo II. Aqui nós temos, mais de uma história oficial de um mesmo reino. Mas atenta: as crônicas contendo propaganda consistem em algo atípico na historiografia inglesa medieval. O recurso do monarca a um discurso moralizante através dos cronistas é algo feito principalmente nos tempos de crise. Gransden menciona que a Inglaterra não possui a tradição de uma historiografia como a França o teve, observando que nos séc. XII ao XIII, por exemplo, os reis patrocinavam os monges de St. Denis para escrever as crônicas oficiais a fim de

justificar os seus atos. Cita as *Grandes chroniques* nesse sentido (GRANDSEN, 1975, p. 363-82).

O uso das crônicas é tanto verbal quanto escrito. Mas Susani França (2007, p. 136), referindo-se ao trabalho dos cronistas portugueses, apontou que essas crônicas tinham uma circulação restrita: Eram lidas pelo menos na corte publicamente ou eram acessíveis a eruditos que procuravam os arquivos e serviam mais como “certidão verdadeira” do passado do reino. Será possível verificar, no entanto, que essa realidade estende-se ao continente europeu medieval. No caso francês, Marianne Ailes também aponta para os problemas de identificação quanto à circulação dos manuscritos no período medieval: são poucas as evidências de grandes distribuições. Ailes (2002, p. 306) brinca: “*assim como o ‘historiógrafo’ medieval (sic!) o historiador deve esforçar-se e fazer uso da imaginação e experiência para preencher as lacunas*”. Chris Given-Wilson (2004, p. xx, xxi), ainda falando da Inglaterra, também aponta que o público leitor dos cronistas medievais não era vasto: muitas vezes a circulação das crônicas se resumia aos monges e seus pequenos círculos ou às pequenas esferas administrativas reais ou clericais.

Crônicas e cronistas na historiografia contemporânea

Quando Néri Barros Almeida se propõe a analisar as crônicas de Raul Glaber (980?-1047) também adenda na sua pesquisa uma reflexão historiográfica sobre o campo no qual seu trabalho está inserido. Define que no séc. XX vemos uma mudança de perspectiva sobre a Idade Média: das “trevas medievais” vamos às “luzes” e “incertezas”, uma vez que desde o séc. XVI sempre apontou-se para o distanciamento, o afastamento e a ruptura da Idade Média em relação com o tempo presente como uma forma de elogiar, quando não a modernidade, pelo menos o mundo clássico. Situa Jacques Le Goff (1980) como um dos grandes principais responsáveis pelo novo olhar e por uma verdadeira “reinvenção” do medievo. É nesse sentido que a autora propõe uma reflexão sobre como era feita a história no período medieval – e, através disso, defende que o “historiador” não é um produto do séc. XIX, mas que, diferente disso, já haviam historiadores na Idade Média, citando a exemplo Raul Glaber, seu objeto de estudo. É assim que propõe que suas *Histórias* sejam compreendidas dentro de um gênero narrativo historiográfico (ALMEIRA, 2010, p. 77). Ainda nesse sentido, Susani França (2007, p. 119) aponta

que a busca pela verdade é o primeiro princípio que une os cronistas (e historiadores) medievais, sendo também por isso, logo, o “ponto que une quaisquer historiadores e é o que os define enquanto tais”.

No entanto, Sophia Menache defende uma posição contrária. Nas palavras da autora:

Em que degrau as crônicas do séc. XIV [por exemplo] podem ser consideradas história? Se por história nós nos referimos à “recordação dos eventos do passado”, que é a definição encontrada em dicionários comuns, então parece que as crônicas do séc. XIV merecem essa designação. Mas se, por outro lado, por história se entende *aditional criteria*, como uma análise e uma aproximação crítica dos eventos passados, então as crônicas do séc. XIV não parecem constituir um estágio de desenvolvimento da historiografia moderna (MENACHE, 2006, p. 344).

É na contramão de Menache que Gabrielle Spiegel (1983 apud DELIYANNIS, 2003, p. 1) já alerta: “*a historiografia medieval, conforme todos os críticos estranhos [a ela] é inautêntica, não científica, não confiável, ahistórica, irracional, incerta, e, pior ainda, não profissional*”. Ao encontro de Spiegel, Susani França também defende o aspecto crítico do trabalho dos seus “historiadores”. Nesse sentido cita o português Fernão Lopes que não só admite que certos cronistas escrevem mentiras, mas aponta que, se o fazem, não escrevem por malícia, mas por puro desconhecimento da verdade. É sob essa perspectiva que Lopes muitas vezes faz referência, aconselha e/ou desaconselha a leitura de outras crônicas. Para este cronista, “a história não era para ser bonita”: condena os excessos e o “maravilhoso”, muitas vezes escritos por seus pares, que afastam o leitor da simples verdade. A única preocupação estética do cronista seria “ordenar *dereitamente* a sua narrativa”. Já Zurara também atesta que deveria haver um recorte conciso, interessado nas “principais causas” (FRANÇA, 2007, p. 119-22).

Em relação ao discurso do cronista, Marianne Ailes remete ao trabalho de Sophia Marnette (1988 apud AILES, 2002, p. 308): esta menciona a importância da situação do narrador na compreensão do texto escrito. Por vezes escrevendo como testemunha ocular, por vezes fazendo uso da segunda pessoa, desenvolve-se uma escrita da história baseada em *pesquisa material* [grifo nosso] e a primazia da narração. Néri Almeida (2010, p. 83), quando escreve sobre o contexto ainda de Raul Glaber, diz: “*não se deixa de reconhecer nele uma cultura refinada – que ele mesmo revelara ser reconhecida pelos seus pares*”. Quando Given-Wilson (2004, p.

xxii) escreve sobre a predileção medieval pela “cópia” – não só nas crônicas, mas em relação a documentos de todos os tipos – observa que algumas vezes isso é erroneamente visto como uma evidência da incapacidade do medieval para o pensamento original ou crítico. Então corrige: nem sempre foi assim um processo tão simples ou mecânico. Em muitos manuscritos vemos acréscimos de comentários e observações; algumas vezes os documentos são “emendados” com continuações, correções, etc. Cita o *Polychronicon* de Ranulf Higden, que propunha contar a história do mundo, da Criação, até 1340. Depois disso, nas cópias, vemos continuações em 1377, 1381 e 1394. Assim, é difícil falar em ausência de uma “aproximação crítica” seguindo a ideia de Menache, quando vemos que Higden, ainda na segunda metade do séc. XIV, a exemplo de outros, em sua escrita da história, já era cético quanto à existência do Rei Artur, por exemplo. Muitas vezes quando os cronistas recorrem as expressões do tipo “é dito que ...” ou “as pessoas dizem”, comumente trata-se, na verdade, da relutância e da reticência dos cronistas em envolverem-se em discussões polêmicas ou cuja veracidade é incerta.

Ainda para Given-Wilson, muitos cronistas eram conscientes das suas limitações e não tentaram esconder a sua ignorância. É o caso do registro da *Crônica Anônima* que relata a fuga de Roger Lord Mortimer da Torre de Londres em 1323 onde menciona-se as diferentes e possíveis das formas em que teria dado-se a fuga. Em relação à crônica *Vida de Eduardo II*, o autor fala não somente de ignorância, mas de “prudência autoral”. Em relação, por exemplo, à possível traição de Thomas de Lancaster, o cronista diz: “o que é verdadeiro ou não, eu não sei”, e completa mais adiante: mas “Deus sabe”. Ainda que isso não configure uma regra, em muitos cronistas, a prática de dar referências às suas fontes tornou-se um hábito. Isso é visto no capelão real que escreveu *Gesta Henrici Quinti*. Aqui o cronista, dirigindo-se ao leitor, dá indícios de onde este pode “verificar” o que ele ali escreveu (IDEM, p. 4-19).

Mesmo que para alguns historiadores modernos os escritos cronísticos não configurem um estágio da historiografia científica, ainda assim, não é possível dizer que os escritos medievais não estavam inseridos dentro de uma tradição intelectualⁱⁱⁱ. Deborah Deliyannis (2003, p. 7) reflete sobre a ideia de “gênero”: quando um certo número de textos são baseados em um modelo, então o estudioso moderno agrupa-os em torno de um gênero. É significativo que muitos autores medievais escrevessem o mesmo tipo de texto, seja independente do que ele

pensassem sobre a “regra” de escrita de tais textos. É nesse sentido que defende-se que, de fato, a escrita da história constituiu um “gênero” se não historiográfico, de escrita sobre o passado. Peter Ainsworth (2003, p. 388) identifica as definições de história que são encontradas tanto em Isidori Hispalensis, Gervásio de Canteburry e João de Salisbury. Aponta que a noção de fazer história em função da importância do registro da memória para a posteridade é *comum* à Idade Média e que, como tradição, remonta a Heródoto.

Richard Soutern (1970-2 apud DALE; LEWIN; OSHEIM, 2007, p. xvii) aponta três distintos temas que parecem caracterizar uma historiografia que, consolidada, pode ser encontrada ao longo da Europa medieval: 1) a historiografia real, baseada nas imagens clássicas da regência ao mesmo tempo secular e divina do monarca; 2) o discurso uma direção divina para uma história universal, como o faz Hugo de São Victor; 3) e ainda nesse sentido, a presença de uma história escatológica que rumo aos Últimos Dias antes do Julgamento. Cita nesse último aspecto a influência de Joachim de Fiore. Dale, Lewin e Osheim (2007, p. xx) defendem que o cronista é retratado, na maioria das vezes, como um escritor que faz parte de uma “complexa tradição intelectual” – e isso é visto, por exemplo, nas referências autobiográficas dos escritores, sendo por isso que as crônicas não podem ser entendidas meramente como uma “coleção” de fatos reunidos. Susani França (2007, p. 140) insere o saber dos cronistas medievais dentro de um corpus historicamente coeso: 1) uma tradição historiográfica greco-romana; 2) a tradição historiográfica em romance; 3) textos de caráter religioso, doutrinário e filosófico; e 4) documentos oficiais.

Em Raul Glaber é possível verificar: “*Os primeiros que, pelo estudo e a discussão, foram a fundo dessa questão [o estudo da história] e aí lançaram luz foram os Padres gregos, filósofos admiráveis*” (ALMEIRA, 2010, p. 80). Rafael Bassi (2011, p. 70-1) define que tanto os cronistas Richer de Reims e Raul Glaber, na sua escrita da história, baseiam-se em pressupostos que já estão presentes na produção histórica que os antecede, o que reforça a ideia de uma “tradição historiográfica” medieval no qual Menache se opõe. Eles são conscientes, têm um público e uma intenção específica ao escrever a obra. Para legitimar seus escritos, apontam a necessidade do relato histórico para a garantia da manutenção da memória. Logo, eles teriam consciência não só de uma função da escrita da história, mas também do trabalho do historiador.

Voltando à defesa de Menache, é importante ressaltar: para a autora, a diferença entre as crônicas medievais e a historiografia moderna é, além disso, não somente uma questão de semântica; mas uma questão essencial para a discussão do ofício do historiador. Menache vincula essa reflexão à aproximação científica da análise histórica. Assim, identificar as crônicas com a história não é só problemático, mas ahistórico. Diz que as crônicas podem ser uma outra manifestação da vida medieval, com um pouco – se algum – valor crítico, analítico ou reflexivo. Em suas palavras:

Para o historiador moderno, a divisão da miríade de facetas da vida humana em política, jurisprudência, religião ou economia constitui um ponto crítico de partida para a reconstrução do passado. Para o cronista medieval, essa diferenciação é desconhecida. Trata-se de um mosaico onde diferentes componentes são unidos e indistinguíveis um de outro (MENACHE, 2006, p. 345).

Por ora, é importante dizer, encontramos historiadores que recusam essa perspectiva ou trabalham com a ideia de um “sistema organizado” que guia a escrita da história medieval.

Ainda que para o cronista medieval lhe falte um senso moderno de casualidade, ele, no entanto, operou com um conjunto de hipóteses sobre a relação entre os eventos do passado e do [seu] presente que, para ele, funcionou tanto quanto as modernas teorias de casualidade para nós [modernos] (SPIEGEL, 1997, p. 90).

Para Spiegel (IDEM, p. 196), esse esquema funciona de tal modo em que o passado é visto como profético, determinando a forma e a interpretação do que está por vir, o que liga passado, presente e futuro em uma só *matriz histórica compreensível*. Aponta Suger de São Denis – e faz referência tanto à sua biografia de Luís VI quanto ao *De administratione* – e fala que encontra nos seus escritos uma consciência de “iluminação” e uma compreensão de “eventos-unidades” (ou *events-units*). A autora também fala da formação de um *cânone* medieval historiográfico: trata-se de um “lento, mas contínuo processo de construção de conteúdo factual e estratégias narrativas para expressar um entendimento enraizado e profundo da natureza da história francesa”. Vance (1998, p. 971) faz uma analogia: acrescenta que a Bíblia, “cânone dos cânones”, também emerge lentamente e assume sua forma fechada também dessa forma. Néri Barros Almeida (2010, p. 97). escreveu sobre o acesso que Raul Glaber tinha ao ambiente dos poderosos regionais, o que

facilitaria que fosse tão bem informado e que fosse, inclusive, o que chamou de “intérprete refinado” dos desdobramentos. Susani França (2007, p. 222), referindo-se a Zurara, aponta-o como um historiador que desvenda a sua história com “diligência e cuidado” e chama de “julgamento de fontes” sua busca por fontes e informações na escrita do seu trabalho.

Considerações finais

A palavra “texto” vem do latim *textere* de “têxtil” ou “tecer”. Given-Wilson atesta que um grande número de cronistas do séc. XIV usam essa noção para descrever o processo de interagir uma variedade de materiais em suas crônicas. Recorre-se a estatutos, cartas privadas, escritos reais, tratados diplomáticos, decretos ou proclamações públicas, cópias de pronunciamentos heréticos ou condenações oficiais da Igreja, etc. (GIVEN-WILSON, 2004, p. 15).

A escrita da história na Idade Média foi feita através das mais variadas formas. Ela por vezes foi cantada, como no caso das *chansons de geste*, depois escrita em verso como vemos nos *romans* e por fim, escrita em prosa, estética que perdurou. Essa história tinha por intuito deixar suas “verdades” para a posteridade, e essa verdade é uma verdade cristã de um mundo. A distinção entre *historia* e *fabula* já era conhecida pelo homem medieval, o que não impediu de que, por vezes, em suas narrativas, fossem inseridos elementos do maravilhoso ou do fantástico, mas ainda assim, um maravilhoso cristão. É nesse sentido que cabe ao historiador moderno ser cuidadoso o suficiente para não transpor nossas categorias modernas e cartesianas de “verdade” para a realidade medieval.

Os cronistas não podem ser isolados do seu contexto, e por isso não devem ser encarados somente reprodutores das suas realidades, mas mais do que isso, como geradores e/ou legitimadores delas; mesmo apesar do pequeno espaço de circulação alcançado pelos seus trabalhos. Além de serem dotados de autoridade – o cronista pode estabelecer um “pacto” com o leitor, semelhante ao tabelião que legitima a verdade na esfera pública, jurando a verdade (FRANÇA, 2007, p. 122) –, estão ligados às mais diferentes esferas de poder: por vezes escrevem entre as paredes da Igreja, outras vezes na segurança do castelo ou até mesmo peregrinando os arquivos públicos das cidades. Sua relação, no entanto, com essas

instituições, também é uma via de mão-dupla: se por vezes legitimam-nas, também podem criticar sua autoridade.

Frente aos avanços da historiografia do séc. XX a respeito do período medieval, muito passou a se debater a respeito do lugar em que a escrita da história desse período deve inserir-se no campo do conhecimento histórico. Podem as crônicas ser consideradas obras de “história”? Podem os cronistas ser chamados de “historiadores”? A defesa da ideia de que os cronistas de fato eram historiadores e compunham obras de história reside na crença de que existe uma “tradição” – e como tradição é algo vivo e mutável – que ligue, de certa forma, a práxis do conhecimento moderno com o do conhecimento medieval. Quem nega a relação da história científica moderna com o ofício dos cronistas medievais, naturalmente, recusa essa aproximação. Trata-se, portanto, de um debate profícuo e que, longe de ser superado, envolve uma profunda reflexão a respeito de quais são as equivalências, no discurso medieval – se é que elas existem – para o que hoje chamamos de “verdade” ou de “processo” histórico.

Para dar prosseguimento ao debate, portanto, que fiquemos com a reflexão de Boécio, oportunamente comentada por Umberto Eco (2003, p. 22) nas palavras de Guilherme de Baskerville: “*Nada é mais fugaz do que a forma exterior*”.

REFERÊNCIAS

- AILES, M. “Early French Chronicle. History or literature?”. In.: **Journal of Medieval History**, v. 26, n. 3, p. 301-312, 2002.
- AINSWORTH, P. “Legendary history: *historia* and *fabula*”. In: DELIYANNIS, D. M. (Org.). **Historiography in the Middle Ages**. Brill: Leiden-Boston, 2003.
- ALMEIDA, N. B. “Raul Glaber: Um historiador na Idade Média”. **Signum**, v. 11, n. 2, p. 76-108, 2010.
- BASSI, R. J. **A escrita da História e o Rei**: Um estudo sobre os Quatro Livros de História de Richer de Reims e os Cinco Livros de História de Raul Glaber (séc. X-XI). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CASTRO, P. “La tradición homérica en el mundo medieval: una aproximación a los elementos míticos y maravillosos en la *Historia Destructionis Troiae* de Guido de Colonne”. **Porticvm**, n. IV, p. 89-98, 2012.

- DALE, S.; LEWIN, A. W.; OSHEIM, D. (Org). **Chronicling history: Chroniclers and historians in medieval and renaissance Italy**. Pennsylvania: Pennsylvania State Press, 2007.
- DELIYANNIS, D. M. Introduction. In: IDEM (Org.). **Historiography in the Middle Ages**. Brill: Leiden-Boston, 2003.
- ECO, U. **O Nome da Rosa**. Trad. Aurora Bernardini e Homero de Andrade. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003.
- FIELD, R. "Romance as History, History as Romance". In: MILLS, M.; FELLOWS, J.; MEALE, C. (Org.). **Romance in Medieval England**, Woodbridge, 1991, p.163-74 apud AILES, M. "Early French Chronicle. History or literature?". In.: **Journal of Medieval History**, v. 26, n. 3, p. 301-312, 2002.
- FRANÇA, S. S. L. "Os saberes históricos: A concepção de história dos cronistas oficiais". In: IDEM. **Os reinos dos cronistas medievais (séc. XV)**. São Paulo: Annablume, 2007.
- GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: The writing of History in Medieval England**. London and New York: Humbledon and London, 2004.
- GLENN, J. "Richer and his narrative". In: IDEM. **Politics and History in the Tenth Century**. The work and world of Richer of Reims. Cambridge: Cambridge University Press, 2004 apud BASSI, R. J. **A escrita da História e o Rei: Um estudo sobre os Quatro Livros de História de Richer de Reims e os Cinco Livros de História de Raul Glaber (séc. X-XI)**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- GRANSDEN, A. "Propaganda in English medieval historiography". In.: **Journal of Medieval History**, n. 1, p. 363-382, 1975.
- GUENÉE, B. "Y a-t-il une historiographie medieval?". In: **Revue historique**, n. 258, 1973, p. 261-75 apud AINSWORTH, P. "Legendary history: *historia* and *fabula*". In: DELIYANNIS, D. M. (Org.). **Historiography in the Middle Ages**. Brill: Leiden-Boston, 2003.
- LE GOFF, J. **Os intelectuais da Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- _____. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa, Estampa, 1980.
- MARNETTE, S. **Narrateur et points de vue dans la littérature française médiévale. Une approche linguistique**, Berne, 1998 apud AILES, M. "Early

- French Chronicle. History or literature?”. In.: **Journal of Medieval History**, v. 26, n. 3, p. 301-312, 2002.
- MENACHE, S. “Chronicles and historiography: The interrelationship of fact and fiction”. In.: **Journal of Medieval History**, n. 32, p. 333-345, 2006.
- POIRON, D. *Chansons de geste*. Dictionnaire des Lettres Françaises. Paris, 1964, p. 240-1. apud AINSWORTH, Peter. *Legendary history: historia and fabula*. In: DELIYANNIS, D. M. Introduction. In: IDEM (Org.). **Historiography in the Middle Ages**. Brill: Leiden-Boston, 2003.
- SILVA, M. C. “A Idade Média e a Nova História Política”. In.: **Signum**, v. 14, n. 1, 2013.
- SOUTHERN, R. “Aspects of the European Tradition of Historical Writing”. In.: **Transactions of the Royal Historical Society**, 5th, n. 20, 1970; n. 21. 1971; n. 22, 1972 apud DALE, S.; LEWIN, A. W.; OSHEIM, D. (Org.). **Chronicling history: Chroniclers and historians in medieval and renaissance Italy**. Pennsylvania: Pennsylvania State Press, 2007.
- SPIEGEL, G. “Genealogy: Form and Function in Medieval Narrative”. In.: **History and Theory**, n. 22, p. 43-53, 1983, apud DELIYANNIS, D. M. Introduction. In: IDEM (Org.). **Historiography in the Middle Ages**. Brill: Leiden-Boston, 2003.
- _____. **The Past as Text. The Theory and Practice of Medieval Historiography**. Baltimore and London: Johns Hopkins University, Press, 1997.
- _____. *Romancing the Past. The Rise of Vernacular Prose Historiography in Thirteenth-Century France* (California, 1993) reviewed by I. Short. In.: **Romance Philology**, n. 51, p. 97–99, 1997, apud AILES, M. “Early French Chronicle. History or literature?”. In.: **Journal of Medieval History**, v. 26, n. 3, p. 301-312, 2002.
- VANCE, E. *The Past as Text and the Historiography of Tomorrow: Notes on a Recent Book*. In.: **Modern Language Notes**, n. 113, p. 951-979, 1998.
- VASINA, A. *Medieval Urban Historiography in Western Europe (1100-1500)*. In: DELIYANNIS, D. M. Introduction. In: IDEM (Org.). **Historiography in the Middle Ages**. Brill: Leiden-Boston, 2003.

NOTAS

ⁱ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ⁱⁱ Ver que o próprio Umberto Eco registra essa percepção em seu pós-escrito do livro em que estamos comentando: “Comecei a ler ou reler cronistas medievais, para adquirir seu ritmo e sua candura (...). Redescobri assim aquilo que os escritores sempre souberam (e tantas vezes disseram): os livros falam sempre de outros livros e toda a história contra uma história já contada”. ECO, U. *Pós-Escrito ao Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 20.

ⁱⁱⁱ Sobre a ideia de ofício “intelectual” medieval, ver LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais da Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.